

**EDUCAÇÃO E CULTURA DA PAZ:
UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**

EDUCATION AND CULTURE OF PEACE:

A REFLECTION FROM THE THOUGHT OF PAULO FREIRE

Maria de Jesus dos Santos¹
Poliana Guedes de Oliveira²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir o alcance da práxis educativa relativa à cidadania e à cultura da paz, dando ênfase ao pensamento de Paulo Freire. Na compreensão freiriana é a vida e a humanidade dos sujeitos que pulsam e se colocam em evidência quando se ensina e aprende e, assim sendo, a efetividade da tarefa educativa se dá pelo nível de compromisso com a transformação do mundo, que passa necessariamente por um processo de re-humanização dos oprimidos e dos opressores e só se torna possível pelo enfrentamento direto de situações de injustiça, opressão, violência e desigualdade. Duas questões nos foram significativas: a - Freire confronta e desmantela a compreensão comum de educação, que a toma como prática que converte, dogmatiza, põe na forma, defendendo, em perspectiva contrária, a educação emancipatória, engajada com e na mudança do mundo, onde o educador e os educandos podem pensar, falar e agir, compartilhando um mundo *entre si*; b- em Freire, a opressão é um artifício de desumanização implicado à ausência de cidadania e, consecutivamente, à negação de uma cultura da paz, e somente a educação pode alterar o curso dessa história.

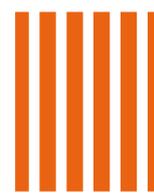
PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cultura da paz. Cidadania. Paulo Freire.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the scope of educational praxis related to the culture of peace and citizenship, with emphasis on Paulo freire's thinking. In Freire it is the very life that is highlighted when teaching and learning and, thus, the effectiveness of the educational task comes from its commitment to the transformation of the world, and by the direct confrontation of situations of injustice, oppression and inequality. We note that this thinker confronts and breaks the standard, common understanding of education with practice that converts, dogmatizes, and puts in form, and states, otherwise, an emancipatory education, engaged with and in the change of the world, where the educator thinks, speaks and acts among the subjects in situations of oppression (dehumanized), with them, and not by them, which enables a culture of peace and, therefore, citizenship, and education can change the course of this story.

KEYWORDS: Education. Culture gives peace. Citizenship. Paulo Freire.

¹ Doutora em Filosofia da Educação/FEUSP Professora da UFPI/CCE/DEFE Email: professoramjs@gmail.com

² Professora da Educação Básica, Mestranda da Universidade Federal do Piauí. Email: polyhanaoliveira@gmail.com



INTRODUÇÃO

Nosso estudo objetiva discutir como a práxis educativa está implicada à cidadania e à cultura da paz e dá relevância especial ao pensamento de Paulo Freire. Em sua compreensão de educação é a vida e a humanidade dos sujeitos que se coloca em evidência quando se ensina e aprende, e a efetividade da tarefa educativa se mede pelo grau de compromisso com a transformação do mundo, que se perfaz, necessariamente, num processo de re-humanização dos humanos, e só ocorre pelo enfrentamento direto de situações de injustiça, opressão, violência e desigualdade. Freire ajuda a pensar que, se as realidades humanas e políticas são de dominação, exclusão, discriminação, exploração, a educação precisa ser repensada e modificada em seus aspectos teóricos e práticos.

Apresentaremos alguns elementos que corroboram, de modo afirmativo, duas hipóteses. A primeira delas pressupõe que o pensamento de Freire confronta e desmantela a compreensão de educação como prática que converte, dogmatiza, põe na forma e, propõe, pelo diálogo, um movimento contrário que produz outra perspectiva educacional, emancipatória, engajada com e na mudança do mundo, em que educador e educandos interagem, compartilhando um mundo *entre si*. A segunda proposição julga que nosso pensador centenário, patrono da educação, compreende a opressão como um processo de desumanização, diretamente imbricado à ausência de cidadania e, consecutivamente, ligado à negação de uma cultura da paz.

A perspectiva freiriana de educação espelha a formação humana como um ato político que se perfaz na relação e reunião *de sujeitos* no mundo, no qual homens e mulheres se transformam e em luta permanente constroem um mundo mais humanizado. Freire acreditava (tinha esperanças) nas possibilidades da educação voltar a humanizar, oferecer aos sujeitos humanos aquilo que lhe foi retirado pelos processos de exploração e dominação. Partimos disso para compreender que sua pedagogia visa à cidadania de todos e quer instituir uma cultura em que a busca pela paz seja ação permanente.

Nosso esforço se faz mediante alguns passos: trazemos inicialmente uma compreensão geral sobre a paz, conforme fora apresentada na tradição de pensamento ocidental. Em seguida, adentramos às ideias freirianas, articulando as noções de educação emancipatória e de diálogo à cidadania e a cultura da paz. Nosso corrimão teórico foi o próprio Paulo Freire e a obra *Pedagogia da autonomia*, que é o nosso suporte principal. A trilha de compreensão se perfaz no recinto da pesquisa teórico-bibliográfica.

NOTAS SOBRE A PAZ

A paz, a violência e as guerras são problemas que sempre nos inquietam. Uma compreensão para paz foi elaborada ainda na antiguidade. Cícero, filósofo e político romano que viveu entre os séculos II e I a.C, afirmava que *a paz é liberdade tranquila*³ (fragmento do discurso [Philippicae](#)). Esse entendimento se repetiu algumas vezes na tradição ocidental quando aliava-se diretamente paz e liberdade. A liberdade humana e tudo que lhe é intrínseco seria uma condição para se viver em paz. Outros pensadores se ocuparam da paz como tema, problema ou como questão humana, alguns a discutiram, indagando se se tratava de algo natural dos humanos ou se era fruto de suas ações no mundo. Thomas Hobbes (1588 – 1679) tratou dela às avessas, falando mais de uma guerra constante entre os humanos e afirmando que a cessação da violência no mundo só é possível a partir da instituição do Estado como ente moderador, a seu ver,

no [estado natural](#), embora alguns homens possam ser mais fortes ou mais inteligentes do que outros, nenhum se ergue tão acima dos demais de forma a estar isento do medo de que outro [homem](#) lhe possa fazer mal. por isso, cada um de nós tem direito a tudo e, uma vez que todas as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos, *bellum omnia omnes* (HOBBS, 1979. p. 75-76).

Por isso, devido à repetição dessa condição desfavorável à humanidade, o Estado se apresentaria como força necessária e estaria obrigado a zelar pela segurança e pelo bem comum. Deste modo, a paz seria uma ocasião ou apenas uma temporada de tranquilidade entre os homens, assim, se suspende um conflito universal e se faz estancar a guerra, ou seja, a paz é algo a ser conquistada pelos humanos. Estes deveriam empreender uma luta ininterrupta para alcançá-la. O contrato social que institui o Estado é, na compreensão hobbesiana, o signo maior dessa luta, é o Estado a melhor estratégia para consecução de tempos de paz no mundo, por isso todo esforço do indivíduo deve ser no sentido de instaurá-lo. Abbagnano (2000) alega que, em Hobbes, a busca pela paz é “uma primeira lei da natureza”.

Immanuel Kant (1724- 1804), filósofo moderno de grande referência, no texto *A paz perpétua* (1795), julgava que a paz é possível, que é um estado alcançável pelos humanos (através do uso da razão) e é instituída num pacto entre eles e um Estado legítimo. Em sua interpretação, os humanos podem superar as tramas do poder e a guerra pela razão, pois ela, a razão, “condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si” (KANT, p. 40).

³ *Pax est tranquilla libertas* (Cícero, Phil, 2, 44, 113)

Nessa “pequena obra”⁴ do pensador de Königsberg, encontramos uma noção de paz que debela a ideia de uma natureza humana guerreira e beligerante: “o estado de paz entre os homens que vivem lado a lado não é um estado de natureza” (*status naturalis*) (KANT, p. 32), diferente de um instinto natural ou uma potência humana, que se encaminha para sua atualização no conflito, “um estado de guerra tem de ser instituído”, *não flui naturalmente* (KANT, p. 32 – grifo nosso). Nesse suposto há uma preocupação que diz respeito aos potenciais entendimentos e pactos que os indivíduos são capazes de estabelecer entre si, pela grandeza da faculdade racional da qual dispõem, par Kant “as gentes (*os humanos*) precisam aprender a resolver seus conflitos sem violência, sem guerras” (KANT, p. 32).

A paz perpétua traz à superfície muitas outras questões relacionadas ao convívio entre os Estados (Nação) e faz menção a uma federação deles para consecução da paz no mundo. No decorrer do texto, Kant irá apresentar pressupostos racionais que os Estados devem validar para instituir uma paz universal, a ideia geral é de que o direito das gentes deveria ser fundado sobre um federalismo de Estados livres. Isso possibilitaria aos homens demonstrarem toda sua força e capacidade racional e, ao mesmo tempo, garantiria uma vida em que a paz fosse mais presente.

Há outros entendimentos sobre a Paz que vão se afastando da ideia moderna de “agir racional”, encontramos-los em pensadores mais contemporâneos. Segundo Ribeiro Júnior (2011), Emanuel Levinas (1905 – 1995) trata de uma *sabedoria da paz* e o faz no horizonte da sua reconhecida ética da alteridade, e do entendimento de uma “intriga entre ética e educação”, no qual o uso da noção “intriga” designa:

a relação entre termos onde um e outro não são unidos nem por uma síntese do entendimento nem pela relação de sujeito a objeto e onde, no entanto, um pesa ou importa ou é significativo para o outro, onde estão ligados entre si sem que o saber possa esgotá-los ou deslindá-los (LEVINAS, 1997, p. 275).

É uma intriga que denota ligação, conexão, na qual “a educação ganha a feição de uma sabedoria que, como tal, interrompe e ultrapassa todos saber e conhecimento *a priori* de cunho teórico ou prático que se pretenda a respeito do outro e do que se deve fazer a ele” (LEVINAS, 1997, p. 256). Essa sabedoria engendra noções diferentes sobre a paz, desalinhadas do cânone moderno e tem a ver com aquilo que ocorre “na relação face a face com o outro” (LEVINAS, 1997, p. 256). A educação oportuniza que rostos diferentes (*alter*) se mostrem e sejam reconhecidos. Além disso, está envolvida com o problema da paz no mundo, porque “emerge como ação ética de testemunhar outra humanidade do ser humano, movido pela sabedoria da paz” (RIBEIRO,

⁴ Fazemos referência às três grandes obras críticas de Kant: A crítica da razão pura (1781), A crítica da razão prática (1791), e A crítica do juízo (1790).

2011, p. 75) e “se desdobra como arte de viver a equidade, calcada na relação social *de responsabilidade e de cuidado com os outros*” (RIBEIRO, 2011, p. 75, *grifo nosso*).

Tendo posto esse breve inventário contendo pontos de entendimento acerca da paz no pensamento ocidental mais clássico, passamos ao nosso problema específico: demonstrar como a educação e as ideias pedagógicas de Freire estão conectadas à construção da cidadania e a instituição de uma cultura da paz entre os humanos.

EDUCAR PARA PAZ É UM ATO DIALÓGICO

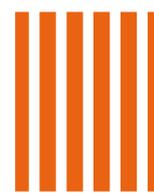
Nas sociedades recentes, instituídas numa lógica mais democrática, **a Cultura da Paz é construída a partir de uma educação para a paz**, do desenvolvimento sustentável das nações, do respeito aos direitos humanos, do diálogo, da participação democrática, do entendimento, da tolerância, da solidariedade, da livre circulação de informação, da paz e segurança internacionais.

Educar para cultura da paz significa o comprometimento com valores de justiça, cooperação, dignidade, solidariedade, compromisso com o outro e com o mundo, autonomia pessoal e coletiva, respeito, liberdade, bem como o confronto direto à negação de todos eles. De tal modo, educar para paz é também uma luta para fazer valer esses princípios em todos os contextos em que vivam mulheres, homens e crianças.

Paulo Freire via o diálogo como pressuposto indispensável em todas as práticas humanas, especialmente naquelas em que os sujeitos interagem, visando as suas transformações internas e a do mundo. O diálogo é condição para vida e para educação, e não apenas algo contingente que pode ocorrer aqui e ali e deixar de acontecer em algumas circunstâncias particulares. Em seus termos, “a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras” (FREIRE, 1987, p. 44), mas, tão somente, sobrevive de palavras verdadeiras, com que os humanos transformam o mundo. Além disso,

Existir é um ato humano, político, de pronunciar o mundo, de constatação da realidade, de denúncia e, de engajamento coletivo por transformação. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os humanos se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. A palavra se faz verdadeira, no trabalho, na práxis de transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 1987, p. 44).

Diferentemente da cultura do silêncio e da mordaza, para Freire, o falar, o escutar, o “conversar”, o estar-com os outros e o dialogar constituem o ato educativo e são necessidades humanas



em sentido real e prático, acontecimentos da vida hodierna que não se tratam apenas de possibilidades em sentido lógico. O diálogo não corresponde à técnica ou a falatórios, é um modo de ser e de existir, e só acontece a partir do encontro aberto, da escuta qualificada, da entrega que mulheres, homens, jovens, crianças e velhos realizam mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Arroyo (2017), refletindo sobre as possibilidades do diálogo a que se referiu Freire, nos conduz a compreender que os sujeitos necessitam defender sua voz, espaço, território, itinerário e percurso, o que implica para nós um compromisso com práticas de formação mais acolhedoras, menos violentas, voltadas para o desenvolvimento multidimensional dos sujeitos e para seu reconhecimento como diferente, singular. Nessa perspectiva, a ação pedagógica deve tornar efetivo e autêntico os princípios: diálogo vivo, cooperação, coletividade, liberdade, justiça, respeito e solidariedade que se conectam a cultura da paz. Não apenas por isso, mas especialmente por essa defesa do diálogo, lhe colocamos no lugar de construtor de um modo de educação que visa a paz.

Ressalvamos, contudo, que apesar de toda mobilização teórica, prática e política em defesa do entendimento e do acordo entre os humanos, Freire não subestima a possibilidade iminente de tensões e conflitos em suas relações. Estes nos parecem inerentes ao movimento dos sujeitos para humanizar-se, descobrir-se, transformar-se, e quebrarem suas amarras. No entanto, notamos que há, em sua obra, uma elevação da procura pelo enfrentamento da opressão, mediada pelo diálogo vivo. Esta seria a ferramenta (tática) com a qual os humanos podem demarcar seus espaços na sociedade, é a voz o instrumento que poderá lhe garantir lugar. O diálogo é começo, meio e fim, é razão e sentido de estar no mundo, é a arma que torna possível um entendimento entre os que querem a pronúncia do mundo e também o que diferencia aqueles que não a querem. A possibilidade de conflito entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados desse direito é real e concreta, por isso, quando se objetiva a cidadania e a paz, a luta pelo diálogo se põe como ato permanente.

Freire percebeu que, nas relações educativas vivenciadas em todas as esferas da vida, pública e privada, a palavra não é comumente partilhada. Vigem os monólogos, as figuras de autoridade, os modos assimétricos e autoritários de educar. Esse padrão se manifesta no formato imponente dos que sabem e dos que podem falar e em alunos, educandos, discentes passivos, silenciados, diante daqueles que proclamam o saber. O olhar cabisbaixo e ou a sacudidela afirmativa com a cabeça são signos de subserviência e de obediência que permanecem vivos entre nós, e reproduzem em salas de aula os dispositivos de poder usados na sociedade para diferenciar e separar os sujeitos. A educação é reprodutora do *status quo*.

O formato arquitetônico das escolas, construídas em *designers* de panópticos.⁵ e a organização cartesiana das salas de aula, com um aluno atrás do outro, também sinalizam um contexto de afastamento e controle dos humanos, em que a conversa e o entendimento não são legítimos, nem comuns.

Hoje a escola é barulhenta, mas em sala de aula a regra ainda é o silêncio. Na Educação básica a “turma boa” é aquela em que reina o silêncio, onde a fala e a pergunta do aluno ainda são interpretadas como indisciplina e subversão. Mesmo no Ensino Médio se perfaz essa atmosfera não-dialógica. As metodologias de ensino e de avaliação reproduzem, historicamente, práticas arbitrárias, caducas e discricionárias, que negam a autonomia e a liberdade criativa dos que estão aprendendo, apenas se pede que repitam o que está contido nos livros e manuais didáticos. Não é comum o debate, a construção do conhecimento, as trocas, o respeito mútuo, o afeto. O pressuposto é que apenas um sujeito (professor) detém um conteúdo para ser ensinado, e somente ele está autorizado para tal exercício, os educandos são caixas vazias onde se devem depositar conhecimento. As experiências e vivências dos alunos são dispensadas, mesmo entre os adultos essa é uma regra vigorante.

Com essa realidade, para que se pratique a emancipação e se chegue à paz é indispensável que os sujeitos encontrem brechas e fissuras que desmantelem as estruturas que estão postas sobre eles. Além disso, é preciso que disponham seus corpos em luta e criem espaços onde tenham o poder de dizer e de ser, de aparecer uns para os outros, de manifestar a si e de mostrar suas faces de dor, de alegria, de desejos. A educação dialógica coloca em seu horizonte o alcance da paz. A negação do direito à vida, à liberdade, à dignidade e à fala é criminosa, e, impedir a luta pela afirmação desses direitos é uma desumanidade que se constitui numa dupla negação do humano, do seu direito e da luta para defendê-lo. Em Freire, negar o direito de luta ao oprimido é o mesmo que suprimir sua humanidade e lhe retirar a vida, podemos dizer que isso é o que impede a instauração de uma cultura da paz no mundo, pois onde há opressão e supressão da voz não pode haver quietude.

O ATO EDUCATIVO QUE VISA A CULTURA DA PAZ IMPLICA AUTONOMIA DOS SUJEITOS

⁵ Panóptico é um sistema de aprisionamento e controle onde se tem uma visão do todo e de tudo; tal modelo foi estudado por Jeremy Bentham (1748- 1832) e discutido em profundidade por Michel Foucault em obras importantes, dentre elas “Vigiar e punir: o nascimento da prisão”, de 1976; com esse conceito irá analisar as instituições disciplinares da sociedade moderna.

Notamos que, em Freire, a educação é práxis de liberdade dialógica, se perfaz pelo diálogo vivo, e também dialética, porque se faz e refaz incessantemente no tempo e no espaço, no mundo concreto onde os humanos interagem e produzem seus feitos e obras. Na obra *Pedagogia da autonomia*, a educação é práxis indispensável para emancipação humana, nela está demarcado um debate epistemológico em torno do processo de formação do educador democrático, progressista, que objetiva sua independência e, simultaneamente, se compromete com a autonomia daqueles que estão aprendendo. Toda a problematização realizada no texto gira em torno do protagonismo que os educadores devem assumir no processo de sua formação como ser pensante e no seu compromisso com o outro e com o mundo

Esse texto sobre autonomia dá luminosidade ao problema da curiosidade epistemológica do educador, a importância de seu conhecimento do mundo, rediscutindo a criticidade e a rigorosidade ética de sua ação. Além disso, põe em tela, os desafios que lhe são impostos quando da manifestação discriminatória de raça (etnia), de gênero, de classe, e outras situações que forçosamente exigem um compromisso ético libertador. Freire nos assegura que a transgressão ética do educador, frente à realidade concreta, injusta, desigual e violenta em que atua, é uma questão decisiva para emancipação e autonomia humana, e a ação que faz transparecer a dimensão política do fazer pedagógico. Ademais, alerta para necessidade de reconhecimento da história humana, como tempo de possibilidades e não de determinismos. Nesse sentido, vê que o futuro é problemático, imprevisível, flexível e, portanto, aberto, e, por ser assim, utopias podem ser forjadas, e atos inéditos, emancipatórios são possíveis de serem iniciados.

A *Pedagogia da autonomia* trata, assim, de esperança, e não de ingenuidades ou conjecturas abstratas, é um texto de convocação para luta e para emancipação que só o ato educativo torna possível. Nele foram listados pontos importantes inerentes à prática pedagógica, e destacam-se: a rigorosidade metódica, a eticidade, os aspectos gnosiológicos (que diferenciam aquilo que se ensina e se aprende, advindo de um conhecimento já existente e, também, a peculiaridade da produção do conhecimento ainda não existente). Quanto a essa questão gnosiológica, o estudioso referiu-se aos processos nomeados de didiscência/docência-discência-pesquisa, que se dão de modo inseparável e “funcionam num ciclo virtuoso de retroalimentação” (FREIRE, 1996, p. 30). Pesquisa e ensino são complementares, “não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino” (FREIRE, 1996, p. 30).

Seu alvo primeiro é a formação humana e a emancipação política, mas há também uma preocupação de Freire em demarcar os pressupostos metodológicos de desenvolvimento dessas ações: o reconhecimento das identidades culturais dos educandos e o respeito de seus saberes,

experiências e vivências são relevantes. Em seus termos, deve-se “estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 1996, p. 32), e aguçar neles uma experiência vital que é construída e reconstruída sócio historicamente. *Os saberes experienciais dão sabor e boniteza ao ato de aprender*, esse não se perfaz tépido, sem vida, neutro, ao contrário, aprender é afirmar a existência humana naquilo que ela tem de mais singular e admirável, é um trabalho de aproveitamento daquilo que já se é e possui, e de fazê-los resplandecer.

Acrescente-se que, quando Freire (1996, p. 34, 35) defende uma eticidade/ responsabilidade envolvida na práxis educacional emancipatória e autônoma, respeita, sobremaneira, a complexidade e a diversidade do ser humano e destaca a insuficiência do ensino conteudista, alheio à formação moral, social e histórica do educando. Além disso, deixa entender que formar sujeitos humanos “excede, copiosamente, essencialismos, intelectualismos, tecnicismos, e articula-se, objetivamente, às dimensões do sentir, do viver, do existir” (FREIRE, 1996, p. 34), por isso, diz ele: “no educar decência e boniteza andam de mãos dadas” (FREIRE, 1996, p. 34).

Nessa perspectiva emancipatória, o educador autônomo pensa, fala e faz e ensina pelo próprio engajamento/compromisso na luta pela cidadania, por uma sociedade mais humana, menos violenta e opressiva, a ideia é que “pensar certo é fazer certo” (FREIRE, 1996, p. 34). Isso implica a rejeição radical de toda forma de discriminação e exclusão, e dá luminosidade a uma cultura da paz. Pensar, educar, lutar pela transformação do mundo e pela cidadania são ações políticas que se confundem, porque o sentido de ensinar não é “transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 47), mas garantir que os sujeitos criem seus caminhos e os trilhem com os próprios pés. Logo, o conhecimento precisa ser apreendido pelo educador e pelos educandos “nas suas razões de ser ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, e também precisa ser testemunhado e vivido” (FREIRE, 1996, p. 50).

De tal modo, entendemos que a educação, conforme viu Freire, tem um propósito estável: “o respeito, a autonomia e à dignidade de cada um, a ética é um imperativo e não um favor que se concede aos outros” (FREIRE, 1996, p. 58). A ação de formação humana parte sempre de princípios e valores humanos, sem poder refutar as noções de liberdade, justiça, dignidade humana e solidariedade, todas elas resguardam um sentido de cidadania que uma vez implantado na concretude da vida dos homens e das mulheres, conduz, por consequência e implicação, à paz.

Pelo diálogo vivo, no qual cada um traz em si mesmo o seu lugar de fala, a formação humana pode instaurar um clima de respeito, de florescimento dos sujeitos, de relações justas, sérias, generosas e solidárias, em que a responsabilidade docente e as liberdades dos educandos se

assumem eticamente. Essa atmosfera de troca e de múltiplas aprendizagens autentica o caráter libertário da educação, e fortalece suas dimensões pedagógicas e políticas. É com autonomia que a liberdade vai preenchendo seu espaço antes habitado por dependência, autoritarismo, opressão. No entanto, partindo daquilo que nos disse Freire, é preciso estar atento às armadilhas impostas pela classe mandante, dominante e controladora, para não sermos por ela capturados, pois o limite da liberdade é um desafio, quanto mais criticamente a liberdade se assume mais autoridade ela terá, e isso pode nos confundir e nos fazer distorcer as ações relativas à paz.

Entendemos que as reflexões de Freire possibilitam o enriquecimento do debate sobre as formas, as forças, as intenções, as finalidades, as funções e a potência de educar, e que suas ideias lançam muitas luzes sobre as questões da autonomia e da cidadania em nosso tempo.

EDUCAÇÃO E CULTURA DA PAZ

A paz é indissociável da justiça, da solidariedade e da educação, é “uma atitude comportamental que advém do processo educacional e se caracteriza pela busca contínua do diálogo” (CESCON; NODARI, 2011, p. 5), e, a cultura da paz é “vista como um processo em ação” (GUIMARÃES, 2011, p. 249). Ser um cidadão de paz, conforme Milani (2000), transcende a visão de não ser um indivíduo violento, visto que fazer o bem assume um caráter mais amplo do que não fazer o mal. A prática da paz implica o envolvimento de cada cidadão, família, organizações e comunidade, na vivência e construção de relações baseadas no respeito, na diversidade e na empatia.

No horizonte de uma cultura da paz, o ato educativo se põe além do ensino de informações, de instrução, e se intensifica na provocação do aluno a formar o seu próprio pensamento. Nessa seara, o compromisso da educação se eleva, ganha força e poder indiscutíveis, trata-se, nesse sentido, de formar não apenas para um ambiente micro, de interesses imediatos, mas numa cosmovisão, que proporcione ao cidadão e a cidadã compreender o mundo a sua volta articulado a toda complexidade global. O sentimento de pertencimento ao mundo desvelado pela educação faz aparecer um alguém inserido numa comunidade e coletividade específicas, mas com os olhos também voltados para os outros lados, é um sujeito consciente do seu lugar e do mundo.

Olhando-se assim, o sujeito reconhece um mundo de permanente desigualdade e em constante mudança e entende a imprescindibilidade da educação como um valor e como uma práxis que pode lhe auxiliar no conhecimento profundo das injustiças e desigualdades, e impedir que seus direitos sejam violados; emancipado pelo processo educacional, o sujeito compreende que pode agir, se reunir e lutar para transformar a sociedade. Pela educação é possível perceber um mundo

concreto, cercado de vicissitudes e ver que atuar nele não se restringe a estudar, trabalhar, desempenhar uma profissão, é também sentir, pensar, refletir sobre o sistema e as superestruturas que estão postas, é lutar e reconhecer as forças e diferenças, e não permitir que estas sejam camufladas por uma classe que manda e comanda.

Viver a paz exige que mulheres e homens estejam em constante aprendizagem, na espreita, para compreenderem aquilo que lhes aparece, e sejam capazes de uma reflexão crítica que discuta, consigo mesmo e com os outros, sobre as mais diversas questões sociais, humanas, políticas, num diálogo que promova mudança. Somente uma educação emancipatória é suporte para formação cidadã que promova a paz.

Há uma relação entre o processo de construção da autonomia do sujeito e os caminhos da cultura da paz. Desse modo, na medida em que o sujeito reflete sobre sua atuação na sociedade e sobre os sistemas que envolvem sua existência, pode desencadear uma série de emoções e sentimentos, ações, pode haver sentimento de revolta pelas injustiças sociais, indignação, acomodação, impotência e ou força e vigor para lutar por mudanças. A educação, no sentido freiriano do termo, tem força mobilizadora e transformadora, o sujeito pode atravessar situações de revoltas, de questionamentos, de conflito, mas, também, buscar viver dias de paz, talvez um não seja possível sem o outro.

Fazer questionamentos, está envolvido em revoltas ou tensões parece não impedir um movimento para estar em paz. Este se revela um conflito inerente ao humano que somos, à nossa condição humana, por isso desconfiamos da perenidade e da plenitude de estágios de guerra e de paz. O tipo de conflito que se debela pela justiça e em nome da liberdade humana, segundo Damiani e Hansel (2017), transforma o mundo e restaura a paz. Logo, não se pode dizer que haja nele ausência de paz, pois uma verdadeira cultura da paz busca validar as diferentes formas de percepção do conflito e entender tudo aquilo que está por detrás dele, buscando sua compreensão e transformação. Estar em paz não significa aquiescer a tudo e a todos, dizer amém para situações que aprisionam e oprimem, ao contrário, a cultura da paz implica falar, ouvir, e conhecer a diversidade de perspectivas que tornam possível um conhecimento do mundo, de nossas sociedades. A paz nos chega a partir da compreensão de diferentes formas de agir, ser e estar no mundo.

Construir uma cultura da paz por meio da educação exige que esta favoreça a emancipação dos sujeitos, todos os dias e de muitos modos. Nos modos incentivados por Freire (1996) deve haver sujeitos conscientes e livres de sua condição, que consigam desenvolver o diálogo com o outro, sem que haja discriminação ou ofensas. Embora seja muito provável que haja opiniões

diferentes, deve prevalecer o respeito e a aceitação de cada um, com seus valores, crenças e maneiras de ver e pensar.

Segundo Damiani e Hansel (2017), o modelo de vida individualista e consumista da atual sociedade tem provocado na humanidade muitos conflitos, internos e externos, gerando uma vida violenta. Entretanto, conforme nos indicou Freire, é possível esperar e batalhar para o enfrentamento de nossos dilemas, partindo da construção de uma cultura mais pacificadora, que tenha como objetivo instituir o diálogo e a liberdade entre os humanos na esfera privada e nos espaços públicos, ao tempo em que deve proporcionar o acesso à justiça para todas/todos. Para que se cultive a paz nas sociedades contemporâneas, os sujeitos precisam ser tratados com equidade, devem-se levar em conta as desigualdades, a exclusão, a discriminação, somente assim se pode criar uma atmosfera mais acolhedora do Outro, de modo que todos se sintam confiantes para expor a si mesmo e suas opiniões. Assim, uma cultura da paz nos conduz para o reconhecimento das diferenças e desmantela o imperativo de que os humanos devem viver numa arena de julgamentos uns dos outros, ela fortalece as tentativas de resolução dos problemas levantados no cotidiano de nossas vidas.

A cultura de paz valoriza o sujeito, suas ideias e pensamentos, valoriza igualmente as opiniões que se desencontram e, partindo delas, forma um círculo de saberes que tensionam, mas não se ameaçam, ao contrário, produzem novos rumos, novos entendimentos. Um verdadeiro caminho de busca para a paz é aquele das reflexões críticas e das ações políticas que buscam emancipação de todos e cidadania. A cidadania espelha a face verdadeira da paz, e envolve um modo de pensar e praticar a educação, porque representa o desejo de negar toda violência, de infirmar toda opressão de direitos e omissão do outro e, ao mesmo tempo, gera a vontade de ver a sociedade evoluir em sua humanidade. Pela educação, Freire vislumbra um mundo onde seus participantes sejam a própria cultura da paz, e não a vejam somente como um sonho utópico, distante de se tornar real.

Para Freire (1996, p. 25), todos os sujeitos são seres ativos e altivos no processo de construção do conhecimento. Por conseguinte, como educadores e educandos agimos, fazemos escolhas, tomamos decisões, é um agir incompatível com a neutralidade/passividade. Na condição de seres sociais e históricos devemos ser formados e não domesticados, aprender e não ser convertidos, uma educação dogmática é desumanizadora. Aquele que se põe a aprender tem capacidade de aventurar-se, de fazer novas leituras de mundo e se reconhecer como sujeito modificador do mundo. Pela educação, docente e discente realizam um encontro com o universo

multifacetado e, somente a leitura, a experiência e a vivência num mundo plural proporcionam práticas educativas favoráveis à cidadania e a instituição da paz como prática costumeira.

Se a injustiça e a desigualdade permanecem, a paz nunca se estabelece, “se o mundo está atravessado por guerras que massacram milhões de humanos e criou-se um contexto de violência generalizada” *faz-se necessário implementar práticas educativas que fomentem e provoquem uma cultura da paz, e se comprometa com um profundo sentido de cidadania* (OLIVEIRA, 2011, p. 280 - *grifo nosso*), aquela cidadania em que o eu, o outro e o mundo estão em conexão permanente. Para que se vislumbrem utopias, sonhos, inéditos viáveis que provoquem mudanças substantivas no mundo e gerem, por efeito e implicação, a paz entre os humanos, haveremos de repensar os objetivos, os propósitos, os fins a que se destina a educação no século XXI.

Aquilo que Freire apresentou em *Pedagogia do oprimido*, como denúncia de um processo de desumanização e de opressão, e em *Pedagogia da autonomia* como projeto de re-humanização do oprimido e do opressor, está alinhado à ideia de emancipação, em que o direito e a justiça são instituídos de forma concreta, chegando à vida e aos corpos humanos, podendo alcançar uma nova humanização e o cultivo da paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo verificou que a paz é posta em debate por diferentes pensadores da tradição de pensamento eurocêntrico. Vimos que Cícero lhe apresentava como aliada à liberdade, Hobbes lhe disse contrária à violência natural dos humanos, e Kant lhe distinguiu como uma construção, fruto da humanidade racional. Na contemporaneidade, Levinas fez repercutir uma ideia de educação como sabedoria da paz.

Foi percebido que Paulo Freire não conceitua a paz, mas, lhe problematiza de modo contundente em suas obras. Suas reflexões acerca do humano, da educação e da política nos fazem apresentar a paz como fruto de um processo contínuo, imbricado à educação dos humanos, às suas escolhas, acordos, decisões. A paz é um horizonte possível, mas deverá também estar no início, no meio e no fim das práticas humanas de formação. Freire nos alertou que nem os opressores nem os oprimidos estão em paz, os primeiros perderam sua humanidade na retirada da humanidade dos segundos, estes últimos precisam educar-se, conscientizar-se, reumanizar-se. No estado de opressão todos perdem, por isso é preciso buscar táticas de superação dela, deve-se iniciar pelo seu reconhecimento, para que, em seguida, se desencadeie um processo radical de re-humanização entre opressores e oprimidos, e de forma mais conscientizadora entre os oprimidos, para que

enxerguem melhor sua condição e lute bravamente para superá-la. Somente assim terão dias de paz.

Notamos em Freire um tipo de educação que visa a transformação imediata na realidade social que se engendra nos processos de humanização e de emancipação de todos os humanos. Nesse sentido, educandos e educadores contemporâneos e pós modernos precisam se mobilizar para o enfrentamento do presente. Hoje estamos embarcados em mar revolto, e todos precisam remar juntos, incessantemente, para sobreviver, todas as experiências serão importantes. Esta imagem metafórica representa nossa sociedade do século XXI, que foi capturada pelas crises instituídas no século passado e se encontra dividida e profundamente marcada pela violência, injustiça, opressão, desigualdade, exclusão, o que assinala e denuncia ausência de paz. Nosso tempo é de inseguranças e incertezas, e poucas alternativas razoáveis de superação desse estágio são vislumbradas. Estamos mergulhados numa crise.

O ambiente onde se insere a escola e onde quer que se desenvolvam ações formativas na atualidade é complexo e exigente, o ato educativo não se separa da luta pela vida, pela justiça e pelo estabelecimento da paz. A paz nos aparece como algo tangível, a ser desejada e alcançada, mas é fruto de ações coletivas, políticas, realizadas por todos e por cada um de nós, onde quer que estejamos, um ao lado do outro, pelo direito de todos, pelo respeito às diferenças e combate às desigualdades. A paz não está na lei ou inscrita numa natureza humana, também não é algo concedido pelo Estado ou pertencente a uma dimensão metafísica, a paz é concreta.

A ideia de luta por libertação e eliminação da opressão, explicitada em Freire (1987), sugere que os humanos, em sua busca pela afirmação, emancipação e inclusão no mundo, precisam se conscientizar enquanto sujeito histórico, social e político e que esse processo está atravessado pelo reconhecimento de si e do outros, pela busca para saber mais de si e do outro. Isso é o que lhe confere liberdade, dignidade e nova humanização. Na concepção freiriana, os oprimidos têm o poder de libertar a si mesmo e aos seus opressores, mas, todavia, só pode ocorrer em espaços onde haja possibilidades de luta, de reconhecimento da opressão, de identificação das condições de exploração e das necessidades dos espoliados. A emancipação pode ocorrer quando a educação provoca uma luta incansável por liberdade.

Concluimos com uma questão: a educação, as práticas pedagógicas e escolares que praticamos hoje, em diferentes lugares e frentes, são capazes de provocar um movimento de conscientização e de libertação para cidadania e para o cultivo da paz? Entendemos nossas práticas educativas como uma luta por transformação? Nosso estudo mostrou que embora haja incerteza e precariedade, Freire nos convocou a esperar, esperancemos!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M O. Ética da reconciliação universal como condição da paz verdadeira. *In: Filosofia, Ética e Educação*, São Paulo: Paulinas, 2011.

ARROYO, M. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CESCON, E.; NODARI P C. **Filosofia, Ética e Educação**, São Paulo: Paulinas, 2011.

DAMIANI, Suzana; HANSEL, Cláudia Maria; QUADROS, Maria Suelena Pereira de. **Cultura de paz**: processo em construção. Caxias do Sul, RS: Educus, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª. Ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, I R. Educação para paz e novas tecnologias. *In: Filosofia, Ética e Educação*, São Paulo: Paulinas, 2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria**, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JÚNIOR, Nilo Ribeiro. Ética e alteridade: educação como sabedoria da paz *In: Filosofia, Ética e Educação*, São Paulo: Paulinas, 2011.

LEVINAS, Emanuel. **Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger**. Piaget, Lisboa, 1997

MILANI, F. Cidadania: construir a paz ou aceitar a violência? *In: M. Freitas (org.). Cidadania Mundial, a Base da Paz*. São Paulo: Planeta Paz, 2000.

